

AS TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE MILITÂNCIA NO INTERIOR DO PT

Maior inclusão e menor intensidade*

Oswaldo E. do Amaral

* Este artigo é uma versão alterada de um capítulo da tese de doutorado “As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em dezembro de 2010. Agradeço a Rachel Meneguello, Maria do Socorro Braga, Luciana Veiga, Yan de Souza Carreirão e a todos que participaram do GT Partidos e Sistemas Partidários no 35º Encontro Anual da Anpocs, em 2011, pelas críticas e sugestões.

Introdução

Em janeiro de 1986, Lula, então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), declarou em uma entrevista ao Boletim Nacional do partido:

No dia em que o PT esquecer a nucleação como fator determinante de sua sobrevivência, ele se acaba enquanto partido político. A questão do núcleo é tão importante que, se nós não levarmos muito a sério, a gente descaracteriza a proposta do partido. Quer dizer: o PT não pode discutir política apenas de quatro em quatro anos, nas épocas de eleições. Isso, qualquer partido faz (Lemos, 1986, p. 11).

As palavras de Lula destacam com precisão o que foi apontado nos primeiros estudos sobre o PT como uma das grandes inovações trazidas pela agremiação para o sistema partidário brasileiro: a preocupação com a participação dos filiados nas

atividades e decisões partidárias. Nesse sentido, ao analisar a organização interna do PT nos seus primeiros anos, concluiu Meneguello:

A novidade que o PT estabelece ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrático, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido (1989, p. 90).

Neste artigo, retomamos essa preocupação dos primeiros estudos sobre o PT a respeito das formas mais comuns de inserção dos filiados no dia a dia da agremiação. Desse modo, procuramos contribuir com o estudo da organização interna dos partidos políticos no Brasil, uma área sub-representada na ciência política nacional (Nicolau, 2010), apesar dos recentes esforços de Roma (2006), Braga (2008), Ribeiro (2010) e Amaral (2010; 2011). Além disso, procuramos fornecer mais elementos para a compreensão das transformações pelas quais o PT passou nas últimas décadas. Em que pese as ótimas contribuições de Samuels (2004), Hunter (2007; 2010) e Singer (2010), as mudanças na organização interna da agremiação foram pouco analisadas de forma sistemática.

As análises sobre a participação de filiados em atividades partidárias podem ser feitas de dois ângulos: o primeiro, privilegia o envolvimento dos membros do partido em atividades externas, como o engajamento em campanhas eleitorais, o convencimento de eleitores ou a arrecadação de fundos para a agremiação; o segundo, está mais concentrado na participação interna, como o comparecimento a atividades deliberativas, de organização e de formação política (Heidar, 2006). A opção por um ou outro enfoque, ou mesmo uma combinação de ambos, é determinada pelos objetivos de cada pesquisa. Neste trabalho, nossa ênfase recai sobre o segundo ângulo.

Este artigo objetiva avaliar as transformações nas formas de militância e participação no interior do partido, analisando, em profundidade, o surgimento e o desenvolvimento de duas importantes inovações institucionais trazidas para o sistema partidário brasileiro pelo PT: os Núcleos de Base

(NB) e o Processo de Eleições Diretas (PED) para os cargos de direção partidária em todos os níveis. Separados por 21 anos, os mecanismos representam diferentes concepções de participação e formas de incorporação dos filiados às atividades partidárias, com distintos impactos sobre a dinâmica interna da agremiação. Demonstramos que as atividades de militância interna atualmente, embora mais inclusivas, são de intensidade mais baixa do que nos momentos de fundação e consolidação do partido e se deslocaram para as estruturas partidárias vinculadas à competição eleitoral, como os Diretórios Municipais (DM). Sugerimos que variáveis endógenas e exógenas ao partido provocaram tais transformações: opções da liderança partidária motivadas por um contexto estratégico mais abrangente atuaram associadas às alterações no comportamento de atores da sociedade civil organizada diante de novas perspectivas que se abriram com o avanço do processo de democratização.

Trabalhamos, neste artigo, com três conjuntos de indicadores empíricos. O primeiro é composto por resoluções, documentos partidários e dados sobre os núcleos de base nos anos de 1980 e na última década obtidos na bibliografia existente sobre a formação do partido, publicações internas e junto à Secretaria de Nucleação (SN) do estado de São Paulo. Sobre esse conjunto é necessário destacar a virtual ausência de informações confiáveis a respeito dos núcleos por parte do Diretório Nacional (DN). Diferentemente do que acontece com os filiados e DMs, o partido não dispõe de um cadastro nacional de Núcleos ativos e do número de membros que participam regularmente de suas reuniões. O único Diretório Estadual (DE) que conta com alguma informação é o de São Paulo, que reorganizou sua SN em 2007 e tem um registro atualizado do número de NBs, com suas respectivas localizações. Apesar das restrições geográficas impostas pela escassez de dados, acreditamos que as informações sistematizadas aqui sobre os núcleos são um instrumento de análise valioso que permite comparação com os trabalhos de Meneguello (1989) e Keck (1991) e pode servir de ponto de partida para futuras pesquisas sobre a organização interna do PT.

O segundo conjunto de indicadores diz respeito ao PED e é composto pelas resoluções e regras

partidárias que definem a participação dos filiados no processo e pelos dados de comparecimento dos membros às eleições internas ocorridas em 2005, 2007 e 2009, obtidos na Secretaria de Organização (Sorg) do PT. Optamos por não usar os dados relativos ao PED 2001 pelo fato de não haver números confiáveis sobre a quantidade de filiados ao partido naquele ano, o que impossibilitaria qualquer análise mais consistente sobre os padrões de participação dos membros do PT.

O terceiro e último conjunto envolve os dados obtidos dos *surveys* feitos com os delegados que compareceram aos encontros partidários nacionais em 1997, 1999, 2001, 2006 e 2007. Na ausência de dados a respeito dos filiados ao partido, indicador mais comum na literatura (Seyd e Whiteley, 1992, 2002a; Seyd, 1999; Cross e Young, 2004; Fisher, Denver e Hands, 2006; Whiteley, 2009; Scarrow e Gezgor, 2010; Wauters, 2010), as informações fornecidas pelos delegados nos oferecem valiosas pistas sobre as formas de participação no interior da agremiação e como as lideranças as percebem. Esse caminho foi adotado também por Sagle e Heidar ao analisarem como integrantes dos mais importantes partidos noruegueses avaliavam o desenho institucional de sua organização (2004).

Este artigo estrutura-se em três partes. Na primeira, nos concentramos na análise das transformações dos núcleos de base, com ênfase nos determinantes de sua criação como mecanismo de integração dos filiados à dinâmica partidária e no papel que passaram a ocupar no partido a partir da segunda metade da década de 1990. Na segunda, nosso foco recai sobre o PED e a estrutura de incentivos para a participação dos filiados estabelecida a partir da implantação desse mecanismo deliberativo. Por último, concluímos o trabalho enfatizando a articulação dos resultados encontrados com os estudos existentes sobre o PT e com a literatura internacional sobre a participação dos filiados em atividades partidárias.

Os núcleos de base

Os núcleos de base foram a principal inovação organizacional petista em seu período de fundação

e atraíram a atenção dos primeiros pesquisadores que se debruçaram sobre a formação e a consolidação do partido. Símbolo da preocupação com a estruturação de uma agremiação democrática e com verdadeira articulação entre a liderança e seus membros, os NBs foram concebidos como órgãos básicos de organização e participação partidária dos quais todos os filiados deveriam participar. Mesmo antes da fundação do partido, em 1979, o Movimento pró-PT estabeleceu que seus membros seriam aqueles que, além de apoiar a carta de princípios do Movimento, se integrassem a algum núcleo e participassem regularmente de suas reuniões e atividades. No Ato de Lançamento do PT, em São Paulo, em 1980, só obtiveram credenciamento os representantes e líderes sindicais indicados pelos Núcleos (PT, 1998, pp. 61-64).

O primeiro Estatuto do partido e o Regimento Interno, aprovado em 1981, formalizaram o papel organizativo dos núcleos. Formados segundo o local de moradia, trabalho, categoria profissional ou movimento social, e com um número mínimo de 21 membros, os núcleos tinham como funções atrair simpatizantes, integrar todos os filiados às atividades partidárias, servir de ligação entre a agremiação e os movimentos sociais, promover a educação política dos filiados e os debates em torno das principais questões em que o partido estivesse envolvido (PT, 1998, p. 83). A incorporação dos Núcleos no desenho institucional petista refletiu a dinâmica “basista” de seus grupos de origem, em especial os membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Novo Sindicalismo, e a preocupação com a construção de um partido que garantisse a participação democrática de seus filiados (Meneguello, 1989; Keck, 1991). Retomando Duverger (1980), Meneguello qualificou os núcleos, de acordo com suas funções e características, como um “tipo misto de ‘seções socialistas’ e ‘células comunistas’” (1989, p. 92). Como veremos adiante, os núcleos foram a expressão concreta de um partido construído de baixo para cima, marca de nascença fundamental da agremiação e importante elemento de identidade entre os militantes petistas.

O papel de destaque concedido aos núcleos denota duas importantes características organizacionais do PT em seus primeiros anos: ao criar

um órgão básico de organização não diretamente vinculado à competição por votos, o partido demonstrava a primazia da função de agregação de interesses sobre a função eleitoral (Meneguello e Amaral, 2008) e que desejava atuar não só como representante de interesses dos trabalhadores no plano da política institucional, mas também como um agente de mobilização junto a outros atores da chamada “esquerda social” (Garcia, 1994). A segunda característica diz respeito ao tipo de participação dos filiados incentivado pelo partido: de alta intensidade.¹ A exigência, no momento de fundação, de que todos os filiados estivessem ligados a núcleos e o desejo de que esses órgãos partidários se constituíssem na principal porta de entrada de simpatizantes ao PT denotavam a intenção de construir uma arena propícia para o envolvimento contínuo dos membros nas atividades partidárias. O partido via na ação dos núcleos e no alto nível de mobilização de seus membros um recurso organizativo indispensável diante da necessidade de construir um partido sem estrutura prévia – diferentemente do PMDB, do PP e do PDS, que se apoiavam nas estruturas

do MDB e da Arena² – e de cumprir as rigorosas exigências para a legalização estabelecidas na Lei da Reforma Partidária promulgada em 1979.³

O avanço na organização dos núcleos no período de formação do PT foi surpreendente no quadro partidário brasileiro, ajudando a caracterizar o partido como uma “anomalia” (Keck, 1991). Em maio de 1980, mais de 26 mil filiados estavam ligados a 632 NBs espalhados por 23 estados (Tabela 1). São Paulo contava com 19% dos Núcleos e 23% de seus membros, refletindo a mobilização de sindicalistas e dos movimentos populares urbanos naquele período, em especial na Grande São Paulo. Keck relata, por exemplo, que no bairro da Saúde, na cidade de São Paulo, militantes católicos ligados à Pastoral Operária chegaram a formar cerca de cinquenta Núcleos, reproduzindo a ideia das CEBs de organizar grupos pequenos e maximizar a participação de seus membros (1991, p. 123).

Embora não haja dados detalhados a respeito dos NBs no plano nacional, as informações compiladas por Meneguello sobre o estado de São Paulo sugerem que o processo de expansão da nucleação

Tabela 1
Núcleos de Base e Membros Nucleados, por Estado, em 1980

UF	NBs	Membros dos NBs	UF	NBs	Membros dos NBs
AC	12	1.000	RN	12	330
AM	22	1.000	SE	5	100
AP	–	–	DF	4	80
PA	18	62	GO	80	3.000
RO	–	–	MS	18	402
RR	–	–	MT	1	21
AL	1	140	ES	18	333
BA	18	1.100	MG	77	2.300
CE	38	3.000	RJ	37	1.900
MA	39	819	SP	120	6.025
PB	17	320	PR	22	300
PE	8	332	RS	28	1.000
PI	10	2.000	SC	27	570
Brasil	632	2.6134			

manteve-se até 1982. Naquele ano, São Paulo contava com 272 NBs e 70.933 filiados (260,8 filiados por NB). Destes, 6.441 (9%) eram membros de núcleos (1989, p. 76). Entre 1980 e 1982, as atividades dos núcleos estiveram muito ligadas ao esforço de legalização do partido, que envolvia a arregimentação de filiados e a organização de Comissões Provisórias Municipais (CPMs), e à primeira experiência eleitoral da agremiação em 1982. Dessa forma, os Núcleos eram parte de uma estratégia de ação partidária que procurava viabilizar o PT do ponto de vista legal e eleitoral por meio da articulação com setores da sociedade civil organizada e de intensa participação de seus membros.

As evidências documentais também apontam que os NBs tiveram seu auge como instrumento de organização e participação de filiados nas atividades partidárias nos primeiros anos do PT. Ainda em 1982, a Secretaria Nacional de Filiação e Nucleação redigiu uma circular em que estimava que apenas 5% dos filiados ao partido estivessem ligados a algum Núcleo e na qual esclarecia para os DEs e DMs a importância de incentivarem a participação dos filiados nos órgãos de base do PT (Keck, 1991, p. 126). No 3º Encontro Nacional (EN) do partido, em 1984, uma resolução aprovada diagnosticou que muitos núcleos estavam se transformando em entidades fantasmas, funcionando apenas para o cumprimento de exigências legais ou como mecanismos de indicação de delegados para as disputas internas (PT, 1998, p. 145). Em 1985, Carlos Zanatta, então membro da Secretaria de Organização, afirmou: “A nossa situação em relação aos núcleos não é boa. Em 1º de maio de 1980 [...] tínhamos 28 mil filiados e 623 núcleos. Pelo nosso levantamento atual, temos quase 300 mil filiados e 668 núcleos. Como podemos perceber, não cresceu muito a nucleação” (1985, p. 4). Dois anos mais tarde, no 5º EN, o partido declarou: “Atualmente, nossos núcleos de base são poucos e, na maioria das vezes, precários, havendo uma enorme distância entre os nossos desejos e a realidade [...]. Os núcleos estão abandonados. Devemos reconstruí-los como a principal base e característica do partido” (PT, 1998, p. 350).

Em 1990, no 7º EN, o partido demonstrou inequivocamente o estado de organização dos NBs ao afirmar:

A maioria dos núcleos deixou de existir e, quando existem, se restringem a exercer precariamente apenas alguns dos aspectos de base de democracia interna. O mais das vezes, têm ação apenas episódica, às vésperas dos encontros e convenções, transformando-se em comitês eleitorais de apoio a candidatos proporcionais ou se engalfinhando em intermináveis disputas *internistas* por postos de direção e pelo chamado poder partidário. (PT, 1998, p. 443)

A partir dos anos de 1990, declarações como essas seriam menos comuns nas resoluções partidárias, embora menções à importância de fortalecer “as bases” da agremiação fossem frequentes. Tanto no 12º EN, em 2001, quanto no 3º Congresso Nacional (CN), em 2007, breves comentários foram feitos sobre a necessidade de “revitalizar” ou “retomar” os NBs como forma de integrar os filiados à vida partidária (PT, 2001b, p. 46; 2007, p. 152). O fato de os NBs terem deixado de ser objeto de comentários mais longos e críticos por parte das resoluções partidárias ilustra a redução de sua importância para a organização interna petista.

Os dados obtidos com os delegados também demonstram a decrescente relevância dos NBs na vida partidária, especialmente na última década. Entre 1997 e 2001, a proporção de lideranças que pertenciam a algum núcleo variou entre 7% e 10%, taxa que podemos considerar baixa se partirmos do pressuposto de que os NBs foram concebidos como forma de organização básica do partido. Entre 2001 e 2007, porém, a proporção caiu de forma consistente, de 8,6% para 2,3% (Tabela 2). A ausência de membros dos NBs em uma importante instância deliberativa como os ENs evidencia que as principais formas de participação nas atividades partidárias não passam mais pelos núcleos. Dados de opinião dos delegados também demonstram que as lideranças avaliam que, ao longo do tempo, os NBs perderam força como instância partidária: 76,9% concordaram, em 2007, com a afirmação de que “o PT cresceu e os Núcleos perderam peso político” (Pesquisa Delegados-PT/FPA, 2007). Apenas 4,7% acreditavam que os NBs mantinham o mesmo nível de importância na dinâmica partidária interna (Tabela 3).

Tabela 2
Participação dos Delegados em Instâncias Partidárias (%)

	1997 (11º EN)	1999 (2º CN)	2001 (12º EN)	2006 (13º EN)	2007 (3º CN)
Participam	87	89	91,6	93,1	89,2
% do total de delegados					
Núcleo de Base	7	10	8,6	2,5	2,3
Diretório Zonal	6	8	7,4	5,2	7,1
Diretório Municipal	47	47	43,6	46,6	52,9
Diretório Estadual	43	43	43,6	43,9	29,4
Direção Nacional	6	2	6,7	4,2	2,2
Outras	6	–	10,4	6,5	3,4
N	(187)	(544)	(431)	(684)	(775)

Fonte: Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo (FPA).

De novidade institucional e símbolo maior do incentivo a uma participação de alta intensidade nas atividades partidárias por parte dos filiados, os núcleos de base se transformaram, em alguns anos, em organismos desarticulados e incapazes de cumprir as funções para as quais foram criados no início dos anos de 1980. Quais foram as razões que provocaram a decadência desse mecanismo que ajudou a qualificar o PT como “diferente” dos outros partidos políticos brasileiros? Essa é a pergunta que tentamos responder a partir de agora.

Uma análise que combine elementos conjunturais com opções estratégicas da liderança partidária é o melhor caminho para compreendermos o fenômeno da falência dos núcleos. Nesse sentido, vamos um pouco além das explicações fornecidas por Keck (1991) e Ribeiro (2010) a respeito das transformações dos NBs, pois ambos se concentram exclusivamente em elementos internos ao partido. Não nos parece acaso que o período de maior atividade dos NBs tenha coincidido com um ciclo de intensa mobilização e protestos por parte dos movimentos sociais (1978-1984) (Cardoso, 1990; Hochstetler, 2000; Samuels, 2004). Os NBs refletiam esse momento do ponto de vista da política partidária ao aparecerem como um mecanismo capaz de canalizar as demandas por maior participação política dos atores da sociedade civil organi-

zada. Dessa maneira, os núcleos não só surgiram como resultado dessa conjuntura bastante específica do período de transição para a democracia como também tiveram sua expansão no período vinculado a esta. Isso nos ajuda a compreender por que, mesmo com todos os problemas estruturais para a formação dos núcleos, como a falta de recursos, estes floresceram naquele período. A partir de meados dos anos de 1980, porém, houve um refluxo no processo de mobilização dos movimentos sociais e uma pulverização em sua estratégia de atuação com as possibilidades que se abriam diante do avanço no processo de democratização, resultando em maior proximidade entre os atores da sociedade civil organizada e o Estado e a política institucional (Mainwaring, 1988; Cardoso, 1990; Hochstetler, 2000). Como resultado, os Núcleos deixaram de ser o local privilegiado de discussão e articulação política dos movimentos sociais junto ao PT e passaram a concorrer com os DMs. Essa concorrência era, por sua vez, claramente favorável aos DMs dada sua natureza institucional, a qual lhes garantia posição privilegiada na relação com parlamentares no plano local e instâncias partidárias superiores e na seleção de candidatos.

Paralelamente à redução no nível de mobilização dos atores da sociedade civil organizada, os NBs conviveram, especialmente nos anos de 1980,

Tabela 3
Opinião dos Delegados sobre os NBs (%)⁴

	2007 (3º CN)
Os NBs continuam tendo peso igual nas decisões internas do PT	4,7
O PT cresceu e os Núcleos perderam peso político	76,9
Os NBs nunca tiveram peso nas decisões do PT	15,3
Outras respostas	1,3
Não sabe/Não respondeu	1,9
N	(385)

Fonte: NOP da FPA.

com a situação de extrema dificuldade financeira que marcou o partido naquela década. Como argumentam Keck (1991) e Ribeiro (2010), as atividades dos núcleos foram bastante prejudicadas pela ausência de um sistema de comunicação eficiente entre estes e os DMs e de recursos básicos que garantissem a manutenção de espaços permanentes de reunião. Sem estar conectados às comunicações e às decisões partidárias e com dificuldades para manter as portas abertas e organizar encontros periódicos, os NBs viram sua capacidade de consolidar práticas e estruturas que incentivassem a participação contínua dos militantes, independentemente do processo de ampla mobilização social descrito acima, muito reduzida. Ou seja, não conseguiram atingir elevado grau de institucionalização na estrutura partidária.

A ausência de recursos financeiros impôs duras condições para o processo de consolidação e expansão dos núcleos. No entanto, as dificuldades poderiam ter sido minoradas por decisões estratégicas da liderança partidária, especialmente a partir de 1995, quando o partido passou a contar com mais recursos e melhor organização de suas finanças, como indica Ribeiro (2010). Dessa forma residiu, em grande medida, nas opções da liderança partidária o destino dos NBs na estrutura interna petista. Ainda no aspecto financeiro, em 1984, o partido decidiu, em seu Regimento Interno, que os Núcleos deveriam repassar ao DM a que estavam vinculados 60% de sua arrecadação (PT, 1998, p. 171). Se observarmos que mesmo no estado de São Paulo a nucleação nunca chegou a superar 10% dos

filiados, essa decisão, na prática, asfixiava financeiramente os NBs e ampliava o montante de recursos nas mãos dos DMs, que já contavam com a contribuição direta dos filiados que não pertenciam a nenhum Núcleo. O Estatuto de 2001 sacramentou a subordinação financeira dos NBs aos DMs ao retirar qualquer função de arrecadação de fundos dos Núcleos (Art. 170) e estabelecer, no Art. 175, que seriam os diretórios municipais (ou os diretórios zonais, quando fosse o caso) os responsáveis por decidir “a forma de distribuição de recursos para a sustentação dos Núcleos” (PT, 2001a, p. 103). Ainda nos anos de 1980, os NBs sofreram com a falta de atribuições na organização interna partidária. Perderam a primazia na captação de membros e, durante a campanha pela legalização do partido, o PT viu-se obrigado a abandonar a ideia de que todo filiado ao partido deveria estar ligado a algum núcleo, o que reduziu muito sua importância organizativa de base. Além disso, os núcleos nunca tiveram poder deliberativo. Tema de acalorado debate, a liderança partidária temia que os NBs fossem instrumentalizados pelos grupos organizados do partido e incentivassem as disputas internas (Keck, 1991, pp. 125-126). Dessa forma, foram atribuídos aos núcleos apenas funções consultivas e a possibilidade de enviar delegados com direito a voz e voto aos Encontros regionais do partido. No entanto, mesmo essa possibilidade de representação estava restrita apenas aos núcleos por categoria e local de trabalho e subordinada a regras estabelecidas pelos diretórios regionais (PT, 1998, p. 162). A limitação do escopo de atuação dos NBs e a eliminação de

qualquer possibilidade deliberativa demonstravam uma mudança de posição da liderança partidária a respeito do papel dos núcleos. Se no momento de fundação do partido os NBs foram vistos como importante recurso organizativo, em meados dos anos de 1980 a percepção era de que os Núcleos significavam um risco à estratégia de ampliação da base social e capacidade de representação do partido. Os NBs foram, assim, privados de incentivos institucionais que auxiliassem em sua manutenção como importantes instrumentos de organização, e a atuação dos militantes passou a se concentrar, cada vez mais, nos diretórios.

Na segunda metade dos anos de 1990, a maior preocupação com a ampliação da presença institucional do partido e de sua base eleitoral fez com que a direção do PT se concentrasse na expansão partidária baseada na abertura de DMs. Enquanto o nú-

mero de DMs e CPMs crescia, o partido não tinha uma política para a expansão dos NBs.⁵ As discussões para a reformulação do desenho institucional petista feitas em torno das propostas de um novo Estatuto traduziram duas visões a respeito do papel que os NBs deveriam desempenhar na vida partidária. Como argumenta Ribeiro, a esquerda petista defendia o *empowerment* dos núcleos por meio de sua transformação em real instância deliberativa de base com capacidade de eleger delegados para os encontros estaduais e nacionais. Já os moderados, reunidos em torno do Campo Majoritário, defendiam que os Núcleos deveriam permanecer apenas como instâncias consultivas e sem representação nos órgãos deliberativos mais importantes do partido, como os encontros e os congressos nacionais (2010). A visão moderada prevaleceu, e o Estatuto de 2001 reforçou a posição coadjuvante dos nú-

Tabela 4
A Organização do PT no Estado de São Paulo (1982-2010)

	1982	2010
NBs	272	241
DMs	150	457
% do total de municípios	26,2	70,8
CPMs	–	165
Filiados	70.933	229.305
Filiados por Mil Eleitores (FPME)	5,4	10,1
Filiados/NB	260,8	1.241,9

Fonte: Meneguello, 1989, p.75-76, Sorg e SN-SP.

Tabela 5
Distribuição Geográfica dos NBs no Estado de São Paulo (1982-2010)

	1982	2010
Capital	148	28
% do total de NBs	54,4	12,2
Grande São Paulo	220	187
% do total de NBs	80,9	81,3
Interior	52	43
% do total de NBs	19,1	18,7

Fonte: Meneguello, 1989, p.76 e SN-SP.

cleos na estrutura organizacional do PT. Além da subordinação financeira aos Diretórios Municipais e Zonais já descrita, os NBs ficaram sem possibilidade de enviar delegados aos Encontros Estaduais e Nacional e sem representação nos Diretórios em todos os níveis (PT, 2001a, pp. 53-74). O Estatuto de 2001 não só restringiu a participação dos NBs na vida partidária, como os direcionou para a competição eleitoral ao estabelecer, no Art. 129, que pré-candidaturas às Câmaras Municipais podem ser aceitas a partir da indicação de um Núcleo e, para as prefeituras, a partir da subscrição de 30% dos NBs existentes no município (PT, 2001a, p. 78). Dessa forma, o partido ofereceu um incentivo extra para a aproximação entre candidatos a vereador e a prefeito e os NBs.

As opções da liderança partidária com relação aos NBs refletem as estratégias mais amplas do partido com relação ao próprio espaço que desejava ocupar no cenário político brasileiro. Se, no momento de fundação os NBs foram a resposta organizativa para as demandas de construção de um partido democrático e ancorado essencialmente na “esquerda social” (Garcia, 1994), a partir de meados dos anos de 1980 perderam espaço num contexto de ampliação da base social do partido e de maior preocupação com a presença institucional e a competição eleitoral. Segundo essa lógica, os DMs ganharam espaço e os incentivos se dirigiram para a incorporação de grandes contingentes de filiados, ainda que com uma militância de menor intensidade.

Depois de apresentarmos as explicações para a erosão da importância dos NBs na estrutura organizativa petista, nos debruçamos agora sobre os dados a respeito dos Núcleos no estado de São Paulo. Na medida do possível, fazemos comparações com os dados coletados por Meneguello sobre o mesmo universo no início dos anos de 1980 (1989). Primeiro, apontamos que, em 1982, no auge do processo de nucleação, o estado de São Paulo contava com 272 NBs e 150 DMs e uma razão, como mencionamos antes, de 260,8 filiados por Núcleo. Atualmente, há no estado 241 NBs, 457 DMs, 165 CPMs e uma razão de 1.241,9 filiados por Núcleo (Tabela 4). Essa simples descrição demonstra que no início dos anos de 1980 o processo de construção partidária tinha nos NBs um importante

elemento organizativo em São Paulo mas que o aumento no número de filiados não foi acompanhado pela expansão dos Núcleos, sugerindo que a militância não tem mais essa instância partidária como um espaço privilegiado de atuação. Os dados também demonstram que a expansão para o interior do estado foi calcada na organização de DMs e não de NBs, refletindo os elementos conjunturais e as opções estratégicas discutidos anteriormente.

Com relação à distribuição geográfica dos NBs, é necessário advertir que, dos 241 Núcleos, obtivemos o endereço correto de apenas 230 (95,4%). Dessa forma, toda a análise que envolve a localização dos NBs é feita sobre essa base. Os NBs estão distribuídos em 40 cidades do estado (6,2%), que concentram 68,7% dos filiados ao partido e 53,2% dos eleitores.⁶ Assim como em 1982, os NBs estão concentrados na Grande São Paulo. Em 1982, 220 Núcleos (80,9%) estavam na região. Em 2010, o número era de 187 (81,3%) (Tabela 5). Esses dados demonstram que o fenômeno de nucleação em São Paulo esteve ligado à região e aos grupos que deram origem ao partido. A manutenção dessa concentração indica que o reconhecimento dos NBs como um espaço de militância partidária é mais forte exatamente nos lugares em que as mobilizações no fim dos anos de 1970 e início da década seguinte estiveram mais presentes e a “esquerda social” (Garcia, 1994), mais organizada. Sugerimos, assim, que, apesar de todas as transformações pelas quais passaram os NBs, estes sobreviveram exatamente no lugar em que mais se confundem com a própria história do partido e são elementos centrais de sua identidade. Porém, houve importante alteração na localização dos NBs na Grande São Paulo. Em 1982, a maioria dos NBs estava localizada na cidade de São Paulo (148). Atualmente, a capital conta com 28 Núcleos e a maioria localiza-se no Grande ABC⁷ (135), sendo que as cidades de Diadema e Mauá concentram 114 NBs. Uma possível explicação para essa inversão é a de que, no início dos anos de 1980, os sindicatos da região do ABC serviam como polos de organização para o partido, o que não acontecia na capital, abrindo espaço para a formação de Núcleos, especialmente na Zona Sul da cidade. Com a diminuição da mobilização sindical e a estruturação do PT, os NBs passaram a ser

mais necessários do ponto de vista organizativo e mais atraentes como espaço de atuação partidária para os militantes da região do Grande ABC. Além disso, as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá contaram com administrações petistas entre 2005 e 2010, o que pode ter incentivado o surgimento de NBs nesse período. As relações entre os núcleos e os governos municipais serão discutidas adiante.

Para avançarmos um pouco na análise dos NBs em São Paulo, fizemos uma série de testes de associação, por meio da correlação de Spearman, para avaliarmos a hipótese de que a presença de filiados e seu nível de participação nas atividades partidárias *independem* da existência de núcleos organizados nas cidades. Por trás dessa hipótese está a ideia de que as formas de militância partidária não passam mais pelos NBs, conforme já discutimos. Para operacionalizarmos os testes, classificamos as cidades em duas categorias: as que têm núcleos e as que não têm. O indicador adotado para representar o nível de filiação foi a taxa de Filiados por Mil Eleitores (FPME) em 2006 e 2008. Já para avaliarmos o nível de participação nas atividades partidárias,

recorremos à porcentagem de comparecimento dos filiados aos PEDs de 2007 e de 2009. A base de dados abrange 392 municípios distribuídos em todo o estado, os quais representam 63% do total de cidades em que o PT contava com algum tipo de organização em 2009. Pela impossibilidade de obter todos os dados para os 392 municípios, alguns testes apresentam N menores (Tabela 6).

Os resultados encontrados demonstram não haver associações nem mesmo moderadas entre as variáveis. Também é possível notar correlações significativas, negativas e sutis entre a presença de NBs e a porcentagem de comparecimento no PED de 2009 e na variação, medida em porcentagem, do nível de comparecimento dos filiados aos PEDs de 2007 e de 2009. O que os testes indicam é que a presença de NBs nos municípios não tem impacto representativo tanto nos níveis de filiação e na sua variação entre 2006 e 2008 quanto nos níveis de participação dos filiados nos PEDs de 2007 e de 2009, bem como em sua variação no período. Dessa forma, não nos parece possível vincular a existência de NBs a maiores ou menores níveis de filiação ou de mobilização da militância.

Tabela 6
Presença de NBs nos Municípios do Estado de São Paulo (%)

	FPME 2006	FPME 2008	FPME 2006-2008	Comparecimento dos Filiados ao PED 2007	Comparecimento dos Filiados ao PED 2009	Comparecimento dos Filiados ao PED 2007-2009
NBs	,039	,103**	,162***	-,067	-,116**	-,121**
N	(392)	(392)	(392)	(347)	(352)	(317)

Fonte: Sorg, SN-SP e TSE. Sig.: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$.

Tabela 7
NBs nas Cidades do Estado de São Paulo versus Administração Petista entre 2005 e 2010

	Administração do PT (2005-2010)	Administração de Outros Partidos (2005-2010)	Total
Cidades com NBs	16	24	40
Cidades sem NBs	69	536	605
Total	85	560	645

Fonte: PT-SP e TSE. Qui-quadrado (1) = 26,81 ($p < ,001$); Phi = ,204 ($p < ,001$).

Ainda sobre os dados dos NBs em São Paulo, devemos observar que 71,7% dos Núcleos estão localizados em cidades com prefeitos petistas entre 2005 e 2010. O teste qui-quadrado envolvendo os 645 municípios do estado aponta uma associação significativa entre o fato de o PT ter administrado o município entre 2005 e 2010 e a existência de NBs na cidade. A probabilidade de uma cidade em que o PT foi governo entre 2005 e 2010 ter um NB é 5,2 vezes maior do que em um município no qual o partido não ocupou a prefeitura em nenhuma ocasião desde 2005 (Tabela 7). Embora inconclusivos a respeito da relação de cada um desses Núcleos com o poder no âmbito municipal, esses dados sugerem que é mais fácil encontrar um NB ativo em lugares nos quais o PT foi governo nos últimos cinco anos do que nos locais em que há um alto nível de filiação ou de participação dos militantes nas atividades partidárias.

Para concluirmos nossa avaliação sobre as transformações nos NBs e as formas de militância que estes incentivavam, é necessário analisar um importante dado obtido com os delegados do partido na última década, o qual demonstra dois importantes aspectos do papel que os NBs ocupam atualmente no PT. O primeiro está vinculado à erosão dos núcleos como instância de organização partidária e sua substituição pelos DMs como local privilegiado de participação na vida da agremiação no nível local. Em 2001, 52,8% dos delegados afirma-

ram que a principal instância de organização, participação e decisão da base partidária deveriam ser os núcleos. Seis anos mais tarde, 33,5% dos delegados tinham a mesma opinião, colocando os NBs abaixo dos DMs (35,1%) (Tabela 8). Esses dados demonstram que, cada vez menos, os Núcleos são vistos como elementos organizativos importantes pela liderança petista. No entanto, a avaliação dessas porcentagens deve ser feita com cuidado, pois mostra que um terço dos delegados ainda aponta os NBs como a principal instância de organização de base do partido – apesar de não fazerem parte destes. É aqui que aparece o segundo aspecto. Os núcleos são elemento essencial da identidade partidária e a representação concreta da história de uma agremiação formada com base nas premissas de forte vinculação com os atores da sociedade civil organizada e de participação de alta intensidade dos militantes nas atividades partidárias. Se não desempenham mais papel organizativo relevante, ainda mantêm importante papel simbólico.

Neste item em que analisamos as transformações dos NBs, demonstramos como o surgimento dos núcleos esteve ligado aos grupos que deram origem ao partido e como a perda de relevância desse elemento organizativo ocorreu tanto por fatores conjunturais quanto por opções estratégicas da liderança, resultando na perda de espaço para os diretórios municipais. Demonstramos ainda, pela análise dos dados relativos aos NBs no estado de

Tabela 8
Opinião dos Delegados sobre a Instância que Deve ser Fortalecida para a Organização, Participação e Tomada de Decisão das Bases (%)⁸

	2001 (12º EN)	2006 (13º EN)	2007 (3º CN)
Núcleos	52,8	42,7	33,5
Diretórios Zonais	13,7	10,4	10,4
Diretórios Municipais	33,3	30,4	35,1
PEDs	–	13,0	12,7
Outras	7,2	3,5	2,9
Não sabe/respondeu	3,7	–	5,5
N	(431)	(431)	(385)

Fonte: NOP da FPA.

São Paulo, que os núcleos estão mais presentes nos locais em que mais se confundem com a própria história do partido, que sua existência não está vinculada aos níveis de filiação e de mobilização dos militantes petistas e que é mais fácil encontrarmos NBs nas cidades nas quais o PT foi governo entre 2005 e 2010, indicando uma associação entre essas instâncias e a atuação partidária no âmbito institucional. Voltaremos a algumas dessas conclusões no fim do artigo.

O processo de eleições diretas

O processo de eleições diretas é, sem dúvida, a principal forma de participação dos filiados na vida partidária atualmente. São centenas de milhares de filiados que vão às urnas em milhares de municípios espalhados por todo o país para escolher as direções partidárias em todos os níveis (zonal, municipal, estadual e nacional). Nenhuma outra atividade partidária interna envolve tantos filiados. Assim como os NBs nos anos de 1980, o PED representou uma inovação no aspecto organizativo dos partidos políticos brasileiros. Até hoje, nenhum dos outros grandes partidos do país conta com eleições diretas para escolha de suas lideranças em todos os níveis. Novidade no plano nacional, a transferência de poder sobre a seleção de líderes partidários para o conjunto de filiados é uma prática cada vez mais comum em partidos localizados em democracias estáveis e novas (Scarrow e Gezgor, 2010; Freidenberg, 2005). Embora não haja consenso na literatura a respeito do sentido dos impactos de mudanças institucionais dessa natureza sobre a disputa interna de poder e sobre os efeitos nas formas de militância, há o reconhecimento de que estas alteram a dinâmica organizativa estabelecendo novas estruturas de incentivos e oportunidades tanto para as lideranças partidárias quanto para os filiados (Seyd, 1999; Seyd e Whiteley, 2002b; Kittilson e Scarrow, 2003; Scarrow e Gezgor, 2010). Neste item, concentramo-nos na avaliação da relação dessas transformações com as formas de militância interna.

A implantação do PED como mecanismo de escolha para as direções partidárias em todos os níveis foi aprovada no 2º Congresso do PT, em 1999,

e incorporada ao Estatuto do partido em 2001, que estabeleceu em seu Art. 35:

As direções zonais, municipais, estaduais, nacional e seus respectivos presidentes, os Conselhos Fiscais, as Comissões de Ética e os delegados aos Encontros Municipais e Zonais serão eleitos pelo voto direto dos filiados.

§ 1º As eleições serão realizadas, por voto secreto, em todo o país, em um único e mesmo dia, das 9 às 17 horas, de acordo com calendário aprovado pelo Diretório Nacional.

§ 2º O processo eleitoral será conduzido, em todos os níveis, por uma comissão de organização eleitoral [...] (PT, 2001a, pp. 36-37).

Outros artigos definiram que, para votar ou ser votado, o filiado deveria ser membro do PT há pelo menos um ano (Art. 26) e estar em dia com as contribuições financeiras ao partido (Art. 169) (PT, 2001a). O Estatuto estabeleceu também o mandato de três anos para as direções partidárias, prevenindo a possibilidade de antecipação ou prorrogação das eleições se autorizadas por deliberação de, no mínimo, 60% dos membros do diretório nacional (Art. 21) (PT, 2001a, p. 31). Em fevereiro de 2012, uma alteração no estatuto do PT determinou que o filiado também deve comparecer a pelo menos uma atividade partidária para poder participar do processo eleitoral e ampliou o mandato das direções para quatro anos, mantendo a previsão de antecipação ou prorrogação de acordo com as regras anteriores (PT, 2012, pp. 10-12).

O processo de alteração das regras de qualquer instituição é sempre um momento de intensas disputas pelos atores que a integram. A mudança do Estatuto do PT foi precedida de muitas discussões e debates durante toda a década de 1990. No que toca à instituição das eleições diretas para escolha dos dirigentes petistas, havia duas posições distintas, especialmente na segunda metade da década: a liderança partidária, composta pelo Campo Majoritário, mostrava-se a favor da instituição do PED. No Caderno de Debates sobre o Estatuto, publicado pelo DN em 1997, José Dirceu, então presidente do PT, e Danilo de Camargo, à época dirigente

do PT-SP, defenderam abertamente a necessidade de alterar o processo decisório interno e ampliar o poder dos filiados (Dirceu, 1997; Camargo, 1997). As posições da liderança partidária eram as mesmas que motivaram as decisões a respeito dos NBs descritas anteriormente: aumentar a base social do partido e transformá-lo em uma agremiação mais aberta a amplos segmentos sociais e com uma proposta eleitoral menos identificada com grupos radicais de esquerda. Nas palavras de Dirceu: “Temos que abrir o partido, distensioná-lo, profissionalizá-lo. O PT tem que se assumir como instituição [...] Somos e defendemos um partido de cidadãos, e não de militantes de vanguarda” (1997, p. 6). A visão do Campo Majoritário era de que isso deveria ser feito a partir da redução do poder dos grupos mais radicais de esquerda organizados no interior do partido, encarado como desproporcional à sua representação junto aos filiados. A posição dos moderados era de que o processo decisório baseado em encontros não era efetivamente representativo do conjunto dos membros do PT por privilegiar os grupos organizados, o que acabava por afastar o partido de segmentos mais amplos da sociedade. É provável também que os membros do Campo Majoritário acreditassem que a mudança na estrutura decisória lhes favoreceria na disputa política interna por contarem com figuras públicas mais visíveis e com maior apelo junto ao conjunto de filiados, e por imaginarem que os membros da agremiação que não estivessem integrados a grupos organizados e não tivessem uma participação intensa nas atividades partidárias teriam posições políticas mais moderadas, em uma visão próxima às sugeridas por Mair (1994), Katz e Mair (2002) e Detterbeck (2005).

A esquerda partidária, por sua vez, mostrou-se reticente com relação à implantação dos PEDs. Assim como vimos em relação aos NBs, a posição dos grupos mais à esquerda era de que as instâncias de organização de base deveriam ser fortalecidas, assim como um tipo de militância de alta intensidade (Maringoni, 1997). É possível também que o cálculo político feito pelos membros do Campo tenha sido igual ao das tendências de esquerda, imaginando mais dificuldades em eleger representantes para as instâncias de direção com a implantação das eleições diretas.⁹

Ao mesmo tempo em que os filiados ganharam poder com a instituição do PED, os encontros partidários tiveram suas atribuições reduzidas ao perderem a possibilidade de escolher as direções do PT em todos os níveis, diminuindo os incentivos ao engajamento ativo nas discussões que os antecedem. Dessa forma, o PED traduz uma concepção diferente de militância partidária daquela adotada no momento de fundação e consolidação do partido: mais inclusiva e aberta – ao estender possibilidades de participação em importantes atividades partidárias, como a seleção de lideranças internas, a todos os filiados independentemente de seu nível de ativismo –, e de menor intensidade – ao individualizar o processo decisório e desarticulá-lo das demais reuniões e atividades partidárias. Como mostramos em outro trabalho, um dos resultados dessa nova concepção foi o favorecimento à ampliação da base de filiados ao partido, que saltou de 420 mil, em 2003, para 840 mil, em 2005, e para 1,3 milhão, em 2008 (Amaral, 2011).

Depois de discutirmos as implicações e o significado do PED para as formas de militância interna, apresentamos e analisamos agora alguns dados a respeito da participação dos filiados nos processos eleitorais para escolha das direções partidárias em todos os níveis em 2005, 2007 e 2009.¹⁰ Primeiro, apontamos que houve, no período analisado, uma expansão significativa no número de membros aptos a participar do processo e no de localidades em que ele aconteceu. Em 2005, 774.842 membros do partido estavam aptos a participar, distribuídos em 3.650 municípios espalhados em todo o país (65,6% do total de cidades no Brasil). Em 2009, o número de filiados aptos foi de 1.322.644, distribuídos em 4.352 municípios (78,2% do total) brasileiros. Mesmo com o incremento de membros aptos, que reflete o crescimento no número de filiados ao partido no período, o nível de comparecimento manteve-se em torno de 40% (Tabela 9). Isso significa que os novos filiados foram incorporados ao processo de eleições diretas para as direções partidárias. Não é fácil encontrar medidas de comparação para esses dados. Wauters relata que 31% dos filiados dos Liberais e Democratas Flamengos participaram do processo eleitoral via mala direta para a escolha da liderança nacional da agremiação em 2001 (2010,

p. 42). Seyd mostra que, no fim dos anos de 1990, 29% dos membros do Partido Trabalhista britânico afirmaram comparecer “ocasionalmente” ou “frequentemente” a reuniões partidárias (1999, p. 396). Segundo os dados coletados por Cross e Young, 60% dos filiados às principais agremiações canadenses

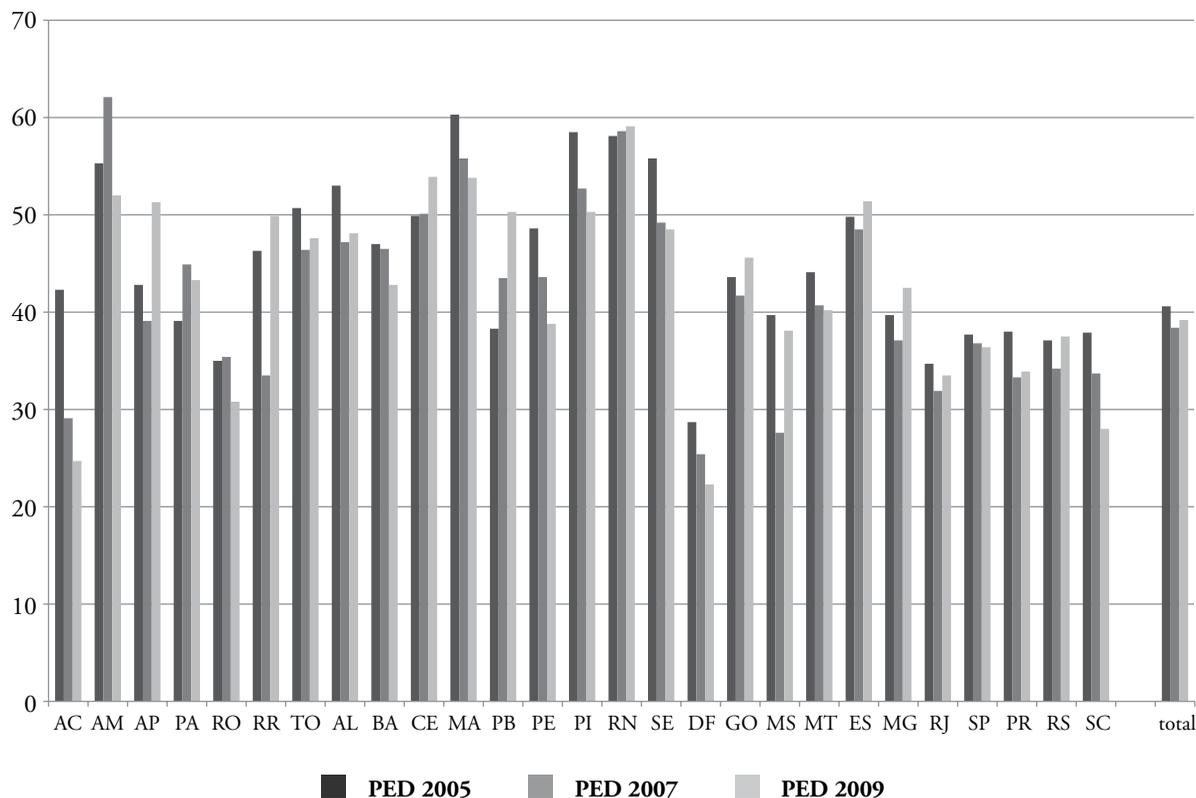
declararam ter comparecido a pelo menos um encontro partidário nos doze meses anteriores à pesquisa (2004, p. 438). Heidar, em uma abrangente revisão da literatura sobre participação em atividades partidárias, conclui que a maioria dos trabalhos indica que a proporção de membros que se envolvem

Tabela 9
Participação dos Filiados nos PEDs de 2005, 2007 e 2009

	PED 2005	PED 2007	PED 2009
Filiados aptos	774.842	849.619	1.322.644
Votantes	314.692	326.064	518.912
Comparecimento (%)	40,6	38,4	39,2
Municípios	3.653	3.253	4.352

Fonte: Sorg.

Gráfico 1
Nível de Comparecimento dos Filiados aos PEDs de 2005, 2007 e 2009 (%), por Estado



Fonte: Sorg.

regularmente nas atividades das agremiações varia de 10% a 45% (2006, p. 306). Mesmo considerando que o comparecimento ao PED é uma atividade de baixa intensidade e que, no período observado, o processo não ocorreu todos os anos, é possível afirmar que o nível de participação dos filiados petistas não destoia do que é encontrado na literatura internacional sobre partidos políticos. No Brasil, porém, devemos destacar a singularidade petista nesse aspecto. Apesar da escassez de dados a respeito dos outros partidos, é possível afirmar que nenhuma das grandes agremiações do país consegue atingir tamanho nível de mobilização de seus integrantes.

Os dados desagregados por estado demonstram que, de maneira geral, há uma estabilidade no nível de comparecimento dos filiados aos PEDs (Gráfico 1).¹¹ Os testes por meio da correlação de Pearson revelam que há uma associação significativa, positiva e alta entre os níveis de comparecimento em 2005, 2007 e 2009 nos estados, indicando pequena variação entre as UFs que apresentaram os maiores índices de comparecimento nos três PEDs.¹² Determinantes locais, como a maior ou menor capacidade de comunicação dos DMs com seus filiados, ou especificidades nas disputas políticas em cada diretório, podem ser os responsáveis por essas variações. É interessante notar que o nível de participação no Acre caiu de 42,3%, em 2005, para 24,7%, em 2009, tornando-se o segundo estado com o menor índice de comparecimento. É possível que as disputas administrativas em torno de questões ambientais nas quais se envolveu a então ministra Marina Silva e seu desligamento do partido, em agosto de 2009, ajudem a explicar esses

números. Devemos destacar ainda o elevado nível de participação na região Nordeste. Apenas na Paraíba, em 2005, e em Pernambuco, em 2009, os níveis de comparecimento foram menores do que 40%. Esse é um dado importante, pois demonstra que o crescimento dos filiados verificado naquela região nos últimos anos veio acompanhado de índices de participação acima da média no processo eleitoral interno.¹³ Além disso, indica que a histórica dificuldade organizativa do partido no Nordeste foi superada.

Avançando na análise do nível de comparecimento aos PEDs é possível observar uma associação, medida pela correlação de Spearman, significativa, negativa e moderada entre os níveis de comparecimento nos estados e a taxa de FPME (Tabela 10). Essa correlação aponta que é mais fácil obter índices mais elevados de comparecimento nos locais em que o nível de filiação é menor, indicando, ainda que de maneira preliminar, que a expansão na base de filiados não parece assentada em sólidos laços de vinculação com a agremiação. No entanto, conclusões definitivas só poderão ser feitas quando contarmos com *surveys* feitos com os membros do partido.

Para encerrarmos a análise sobre o nível de comparecimento dos filiados aos processos eleitorais internos, convém fazer um teste para avaliar a existência de correlação entre o nível de disputa política interna e o aumento na presença de filiados nas eleições petistas. A hipótese que seguimos aqui, levantada por Ribeiro (2010), é a de que o PED incentivaria a liderança partidária a maximizar a participação de seus “apoiaadores” no processo

Tabela 10
Correlação entre o Nível de Comparecimento aos PEDs (%) nos Estados e as Taxas de FPME

	FPME 05	FPME 06	FPME 08
Comparecimento ao PED 2005	-0,573***		
Comparecimento ao PED 2007		-0,584***	
Comparecimento ao PED 2009			-0,363*

*** $p < 0,01$; * $p < 0,10$. N = 27.

Fonte: Sorg.

eleitoral – inclusive com práticas como o transporte gratuito de filiados e a quitação da contribuição estatutária – para garantir melhores resultados eleitorais. Dessa forma, é possível imaginarmos que encontraríamos um crescimento no nível de comparecimento entre os PEDs de 2005 e 2009 nos locais em que a competição política interna foi mais intensa. Operacionalizamos o teste com base na construção da variável “disputa política”, na qual classificamos como estados em que há uma forte disputa política aqueles em que nenhuma chapa que concorria ao DN obteve a maioria dos votos válidos em pelo menos dois dos três PEDs (BA, DF, MA, MG, MS, MT, PE, PI, RJ, RN, RS, SC e SP). Os resultados encontrados, por meio da correlação de Spearman, indicam não haver uma associação significativa entre as variáveis ($p < 0,1$). Reconhecemos, porém, a necessidade de testes com os dados das disputas estaduais e municipais, que infelizmente não conseguimos obter, para que essa hipótese seja totalmente descartada.

Mostramos neste item em que discutimos as relações do processo de eleições diretas com as formas de militância no interior do PT que sua implantação foi objeto de polêmica e de intensos debates na segunda metade da década de 1990, bem como que sua adoção significou a opção por incentivar formas de militância mais inclusivas, mas de menor intensidade se comparadas com as adotadas no período de formação e consolidação do partido, as quais traduziam a decisão pela transformação do PT em uma agremiação mais aberta a amplos segmentos do eleitorado. Mostramos também que há uma estabilidade no nível de comparecimento aos PEDs e que, de maneira geral, o partido foi capaz de incorporar a seu processo decisório o contingente de filiados que entrou no PT nos últimos anos, ainda que não haja evidências de que a expansão no número de filiados esteja baseada em sólidos laços de vinculação com o partido.

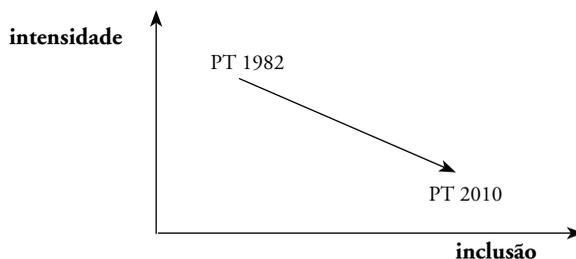
Considerações finais

No fim dos anos de 1980 e início da década seguinte, Meneguello (1989) e Keck (1991) concluíram suas análises sobre o PT, ressaltando, entre

outros fatores, a democracia interna petista e o incentivo à participação dos filiados de forma ativa na vida partidária como diferenciais do partido com relação às outras agremiações políticas brasileiras. Os núcleos de base eram o símbolo e a expressão concreta de uma agremiação que primava pela participação de alta intensidade de seus membros nas atividades partidárias e para além dos ambientes mais diretamente vinculados à competição eleitoral, como os diretórios municipais. Essa não é mais a realidade do partido. Mostramos, por meio da análise das transformações nos NBs e no seu papel como instância de articulação dos filiados e da implantação dos PEDs, que, trinta anos depois da fundação do PT, as atividades de militância acontecem em instâncias articuladas à competição eleitoral e são de mais baixa intensidade, embora mais inclusivas (Quadro 1). As razões para essas transformações foram tanto endógenas quanto exógenas. Opções da liderança partidária inseridas em um contexto estratégico mais abrangente agiram associadas às alterações no comportamento dos atores da sociedade civil organizada diante de novas perspectivas que se abriam com o avanço do processo de democratização.

O PED, outra inovação petista no cenário partidário brasileiro, simboliza essas mudanças. A implantação desse mecanismo, bem como suas regras, demonstra que o partido buscou, especialmente na última década, incluir o máximo possível de filiados ao seu processo decisório e fez isso sem incentivar, em contrapartida, um alto nível de ativismo. É importante destacar, porém, que a

Quadro 1
Nível de Intensidade *versus* Nível de Inclusão das Formas de Militância



instituição das eleições diretas para a direção partidária reafirmou a preocupação do partido com a manutenção de um de seus principais diferenciais: a presença de mecanismos deliberativos participativos capazes de incorporar a base de filiados ao processo decisório interno. Dessa maneira, sua instituição também é reflexo das práticas partidárias forjadas nos 21 anos que a antecederam e demonstra que as transformações no desenho institucional petista, por mais significativas que tenham sido, guardam sempre as marcas de seus elementos organizativos originários.

Em uma perspectiva comparada, as transformações nas regras partidárias e nas formas de participação privilegiadas pelo PT a partir de 2001 encontram paralelos na Europa Ocidental e no Canadá (Seyd, 1999; Seyd e Whiteley, 2002b; Kittilson e Scarrow, 2003; Cross e Young, 2004; Scarrow e Gezgor, 2010; Wauters, 2010). De uma forma um pouco diferente das análises de Mair (1994), Katz e Mair (2002) e Detterbeck (2005), que tratam os processos de democratização internos como resultado da emergência do modelo de *partido cartel* e da ampliação do poder da face pública das agremiações, trabalhos como os de Scarrow e Gezgor (2010) e Kittilson e Scarrow (2003) apontam para os processos de democratização internos também como uma forma de resposta à diminuição na base de filiados verificada nos últimos anos em democracias consolidadas, à crescente desconfiança demonstrada pela opinião pública em relação aos partidos políticos e à redução da polarização ideológica. Dessa forma, a ampliação dos poderes dos filiados seria uma forma de captar membros, recuperar a credibilidade dos partidos entre o eleitorado, tornando seu processo decisório mais atraente e transparente, e manter uma parcela dos eleitores mais próxima do partido em uma época de clivagens ideológicas mais fluidas. Parece-nos que essa interpretação mais abrangente, não apenas vinculada aos cálculos da disputa política interna, apresenta uma importante linha interpretativa para o caso petista. “Abrir o PT” e “distensioná-lo” fizeram parte de um esforço maior de ampliar a base social petista e sua vinculação com setores mais amplos do eleitorado, ainda que com laços mais frouxos.

Notas

- 1 Acompanhando Seyd e Whiteley (2002b, p. 1), definimos como participação política de alta intensidade aquela que demanda considerável esforço e tempo dos envolvidos. No caso dos partidos políticos, a participação de alta intensidade pode ser exemplificada pelo comparecimento frequente a reuniões e atuação em campanhas eleitorais, bem como em atividades de organização e arrecadação de fundos. Já a participação de baixa intensidade compreende atividades como a doação de recursos ou o comparecimento a eleições internas.
- 2 PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PP (Partido Popular); PDS (Partido Democrático Social); MDB (Movimento Democrático Brasileiro); Arena (Aliança Renovadora Nacional).
- 3 Sobre as exigências da Lei da Reforma Partidária (Lei n. 6767, de 20 de dezembro de 1979) para o funcionamento e a formação de novos partidos e as dificuldades enfrentadas pelo PT, ver: Meneguello (1989, p. 21-30) e Keck (1991, p. 104-112).
- 4 Pergunta: Qual das frases que vou dizer se aproxima mais da sua opinião sobre os núcleos: Um, os Núcleos de Base continuam tendo peso igual nas decisões internas do PT; dois, o PT cresceu e os Núcleos perderam peso político, ou; três, os Núcleos de Base nunca tiveram peso nas decisões do PT? (Pesquisa Delegados-PT/FPA, 2007).
- 5 Sobre a expansão no número de diretórios municipais do PT, ver Amaral (2011).
- 6 Os dados de filiados e eleitores são relativos a novembro de 2008.
- 7 Fazem parte do Grande ABC os seguintes municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
- 8 Pergunta: Na sua opinião, o que deve ser fortalecido como a principal instância de organização, participação e decisão da base partidária? Em 2001, estimulada e múltipla. Em 2006 e 2007, estimulada e única (Pesquisa Delegados-PT/FPA, 2001, 2006, 2007).
- 9 Um bom panorama das divergências de opinião acerca das alterações no Estatuto do PT pode ser visto no Caderno de Debates sobre Estatuto (DN, 1997). Ribeiro (2010) também apresenta um rico mosaico das discussões que antecederam as transformações estatutárias em 2001.
- 10 Os dados sobre os PEDs de 2005, 2007 e 2009 foram

gentilmente fornecidos pela Sorg para esta pesquisa. Os dados que usamos aqui são relativos ao primeiro turno das eleições e compreendem apenas os filiados em municípios que contavam com DMs organizados e que puderam votar para a escolha de dirigentes em todos os níveis, conforme estabelecido no Art. 26 do estatuto petista (2001a, p. 34). Não consideramos, nesta análise, os dados de comparecimento de filiados organizados em núcleos no Exterior. Os PEDs foram feitos em setembro de 2005, dezembro de 2007 e novembro de 2009.

- 11 As porcentagens de comparecimento por estado para o PED 2009 foram extraídas da última parcial de apuração divulgada pelo partido, que compreendia os dados relativos a 98,3% dos votantes. Não foi possível obter os dados finais por UF.
- 12 PED 2005 x PED 2007: $r = ,860$; PED 2007 x PED 2009: $r = ,817$; PED 2005 x PED 2009: $r = ,773$ ($p < 0,01$ e $N = 27$).
- 13 Entre 2005 e 2010, a taxa de FPME na Região Nordeste saltou de 5,2 para 10,1, ao passo que a taxa nacional foi de 6,9 para 10,5 (Amaral, 2011).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Oswaldo E. (2010), "Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4: 105-134.
- . (2011), "Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade". *Opinião Pública*, 17 (1): 1-44.
- BRAGA, Maria do Socorro. (2008), "Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo". *Opinião Pública*, 14 (2): 454-485.
- CAMARGO, Danilo. (1997), "Mudar o PT para mudar o Brasil", in Diretório Nacional do PT (org.), *Caderno de debates sobre estatuto*, São Paulo, DN/PT.
- CARDOSO, Ruth. (1990), "Participação política e democracia". *Novos Estudos Cebrap*, 26: 15-24.
- CROSS, William & YOUNG, Lisa. (2004), "The contours of political party membership in Canada". *Party Politics*, 10 (4): 427-444.
- DETTERBECK, Klaus. (2005), "Cartel parties in Western Europe". *Party Politics*, 11 (2): 173-191.
- DIRCEU, José. (1997), "Os desafios do PT", in Diretório Nacional do PT (org.), *Caderno de debates sobre estatuto*, São Paulo, DN/PT.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT (ORG.). (1997), *Caderno de debates sobre estatuto*. São Paulo, DN/PT.
- DUVERGER, Maurice. (1980), *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores/UnB.
- FISHER, Justin; DENVER, David & HANDS, Gordon. (2006), "Party membership and campaign activity in Britain: the impact of electoral performance". *Party Politics*, 12 (4): 505-519.
- FREIDENBERG, Flavia. (2005), "Mucho ruido y pocas nueces: organizaciones partidistas y democracia interna en América Latina". *Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, 1 (1): 91-134.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. (1997), *Pesquisa – PT: relatório geral*, São Paulo, FPA.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1994), "Esquerdas: rupturas e continuidades", in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- HEIDAR, Knut. (2006), "Party membership and participation", in Richard Katz & William Crotty (orgs.), *Handbook of party politics*, Londres, Sage.
- HOCHSTETLER, Kathryn. (2000), "Democratizing fressures from below? Social movements in the new Brazilian democracy", in Peter Kingstone e Timothy Power (orgs.), *Democratic Brazil: actors, institutions and processes*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- HUNTER, Wendy. (2007), "The normalization of an anomaly: the workers' party in Brazil". *World Politics*, 59: 440-475.
- . (2010), *The transformation of the workers' party in Brazil, 1989-2009*. Nova York, Cambridge University Press.
- KATZ, Richard & MAIR, Peter. (2002), "The ascendancy of the party in public office: party organizational change in twentieth-century democracies", in Richard Gunther, José Ramón Montero e Juan Linz (orgs.), *Political parties: old concepts and new challenges*, Oxford, Oxford University Press.
- KECK, Margaret E. (1991), *PT: a lógica da diferen-*

- ça – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática.
- KITTILSON, Miki & SCARROW, Susan. (2003), “Political parties and the rhetoric and realities of democratization”, in Bruce Cain, Russel Dalton e Susan Scarrow (orgs.), *Democracy transformed? Expanding political opportunities in advanced industrial democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- LE MOS, Rubens. (1986). “Entrevista com Luís Inácio Lula da Silva”. *Boletim Nacional do PT*, 16: 11.
- MAINWARING, Scott. (1988), “Os movimentos populares de base e a luta pela democracia”, in Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAIR, Peter. (1994), “Party organizations: from civil society to the state”, in Richard Katz e Peter Mair (orgs.), *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*, Londres, Sage.
- MARINGONI, Gilberto. (1997), “Núcleos: por que querem acabar com ele?”, in Diretório Nacional do PT (org.), *Caderno de debates sobre estatuto*, São Paulo, DN/PT.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989), *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra.
- MENEGUELLO, Rachel & AMARAL, Oswaldo E. (2008), “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. *BSP Occasional Papers*, 2: 1-25.
- NICOLAU, Jairo. (2010), “Partidos e sistemas partidários, 1985-2009”, in Renato Lessa (org.), *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*, São Paulo, Anpocs.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1998), *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo, FPA.
- _____. (2001A), *Estatuto*. São Paulo, FPA.
- _____. (2001B), *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, PT/FPA.
- _____. (2007), *Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Porto Alegre, PT.
- _____. (2012), *Estatuto do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, PT.
- RIBEIRO, Pedro. (2010), *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos, EdUFSCar.
- ROMA, Celso. (2006), “Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada”. *América Latina Hoy*, 44: 153-184.
- SAGLIE, Jo & HEIDAR, Knut. (2004), “Democracy within Norwegian political parties: complacency or pressure for change?”. *Party Politics*, 10 (4): 385-405.
- SAMUELS, David. (2004), “From socialism to social democracy: party organization and the transformation of the workers’ party in Brazil”. *Comparative Political Studies*, 37 (9): 999-1024.
- SCARROW, Susan & GEZGOR, Burcu. (2010), “Declining memberships, changing members? European political party members in a new era”. *Party Politics*, Online First: 1-21.
- SEYD, Patrick. (1999), “New parties/new politics? A case study of the British Labour party”. *Party Politics*, 5 (3): 383-405.
- SEYD, Patrick & WHITELEY, Paul. (1992), *Labour’s grass roots: the politics of party membership*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. (2002A), *New labour’s grassroots: the transformation of the Labour Party membership*. Londres, Palgrave.
- _____. (2002B), *High-intensity participation: the dynamics of party activism in Britain*. Ann Arbor, MI, The University of Michigan Press.
- SINGER, André. (2010), “A segunda alma do Partido dos Trabalhadores”. *Novos Estudos Cebrap*, 88: 89-111.
- WAUTERS, Bram. (2010), “Explaining participation in intra-party elections: evidence from Belgian political parties”. *Party Politics*, 16 (2): 237-259.
- WHITELEY, Paul. (2009), “Where have all the members gone? The dynamics of party membership in Britain”. *Parliamentary Affairs*, 62 (2): 227-241.
- ZANATTA, Carlos. (1985), “Fraqueza e força do PT”. *Boletim Nacional do PT*, 12: 4.

Surveys com os delegados

AMARAL, Oswaldo E. (2006), *Pesquisa delegados do PT*, feita no 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 28 a 30 de abril de 2006. Universo: 1.053 delegados; Amostra: 289 delegados (27,4%); Metodologia: questionário autopreenchido.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. (2001), *Delegados-PT/FPA*, feita no 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, Olinda, 14 a 16 de dezembro de 2001. Universo: 538 delegados; Amostra: 431 delegados (80,1%); Metodologia: questionário autopreenchido.

_____. (2006), *Delegados-PT/FPA*, feita no 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 28 a 30 de abril de 2006. Universo: 1.053 delegados; Amostra 864 delegados (82%); Metodologia: entrevistas pessoais.

_____. (2007), *Delegados-PT/FPA*, feita no 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 30 de agosto a 2 de setembro de 2007. Universo: 927 delegados; Amostra: 775 delegados (83,6%); Metodologia: entrevistas pessoais.

**AS TRANSFORMAÇÕES NAS
FORMAS DE MILITÂNCIA
NO INTERIOR DO PT:
MAIOR INCLUSÃO E MENOR
INTENSIDADE**

Oswaldo E. do Amaral

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Organização partidária; Brasil; Política e governo.

O objetivo deste artigo é avaliar as transformações nas formas de militância e participação no interior do PT. Analisamos, em maior profundidade, o surgimento e o desenvolvimento de duas importantes inovações institucionais trazidas para o sistema partidário brasileiro pela agremiação: os Núcleos de Base e o Processo de Eleições Diretas. Por meio da análise de documentos partidários, de dados de surveys realizados com a liderança partidária em encontros e congressos nacionais do PT, demonstramos que atualmente as atividades de militância interna, embora mais inclusivas, são de intensidade mais baixa do que nos momentos de fundação e de consolidação do partido e se deslocaram para as estruturas partidárias vinculadas à competição eleitoral, como os diretórios municipais.

**THE CHANGES IN THE FORMS
OF MILITANCY WITHIN THE
PT: GREATER INCLUSION AND
LESSER INTENSITY**

Oswaldo E. do Amaral

Keywords: Workers' Party; Party organization; Brazil; Politics and government.

The main purpose of this paper is to assess the changes in the forms of militancy and participation within the *Partido dos Trabalhadores* [Workers' Party]. In order to attain such objective, the paper analyzes more deeply the emergence and development of two major institutional innovations brought by the Party to the Brazilian party system: the Party Bases *Núclei* [*Núcleos de Base*] and the Process of Direct Elections. Through the analysis of party documents, party data and surveys conducted among PT's delegates between 1997 and 2007, the paper shows that party activities, although more inclusive than they were at the time of the party's foundation and consolidation, are less intense today and have moved to the party structures linked to the electoral competition, as the municipal committees.

**LES TRANSFORMATIONS DANS
LES FORMES DE MILITANCE AU
SEIN DU PT: PLUS D'INCLUSION
ET MOINS D'INTENSITÉ**

Oswaldo E. do Amaral

Mos-clés: Parti des Travailleurs; Organisation des partis; Brésil; Politique et gouvernement.

L'objectif de cet article est d'évaluer les transformations dans les formes de militance et de participation à l'intérieur du PT. Nous analysons, avec plus de profondeur, l'apparition et le développement de deux importantes innovations institutionnelles introduites dans le système brésilien des partis par l'association : les Noyaux de Base et le Processus des Élections Directes. Par l'analyse des documents du parti, des données d'enquêtes réalisées avec les dirigeants du parti dans des rencontres et des congrès nationaux du PT, nous démontrons qu'actuellement les activités de militance interne, bien qu'étant plus inclusives, sont d'une intensité plus faible que lors de la fondation et la consolidation du parti et se sont déplacés vers des structures de parti liées à la compétition électorale, comme les directoires communaux.